

Fiscal: dicas para potencializar os estudos

O concurso para auditor fiscal da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) está atraindo muita gente interessada em conquistar a tão sonhada estabilidade. E para auxiliar a preparação dos candidatos, a FOLHA DIRIGIDA entrevistou o advogado Leonardo Pessoa, professor de Direito Tributário no curso GMX Brasil, disciplina que faz parte do programa de Conhecimentos Específicos deste concurso.

Segundo o especialista, que também é professor de Direito Tributário e Empresarial na Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora deste concurso, é fundamental priorizar as disciplinas da parte específica da prova, dando atenção redobrada às leis de ICMS: Lei Complementar Federal nº 87/96, mais conhecida como Lei Kandir, e Lei Estadual nº 2.657/96. "Cerca de 70% das questões da parte específica giram em torno dos artigos desses dois dispositivos legais", informa Leonardo.

O professor afirma que a FGV é uma banca bem objetiva, que



Leonardo Pessoa, professor de Direito Tributário no curso GMX Brasil, destaca a filosofia da banca FGV

não costuma trabalhar com questões ambíguas, fazendo com que seja de extrema importância possuir uma noção ampla de legislação. "A parte tributária da prova será bem complexa, pois a legislação é complexa.

Por mais objetiva que a banca seja, a matéria é muito extensa, então é necessário que o candidato

tenha um bom conhecimento da letra da lei", avalia o professor.

O auxílio de provas anteriores é importante para a prática e devem ser usadas como base de estudo, segundo o especialista. "As provas anteriores possuem um programa bem semelhante a este, então esses exames podem e devem ser utilizados no estudo do aluno. O candidato só precisa dar atenção às inovações da legislação tributária, pois ocorreram algumas mudanças desde 2010", alerta ele.

De acordo com Leonardo, é importante que o candidato procure o apoio de um curso preparatório, pois fica difícil o estudo de Direito Tributário sem o direcionamento de um profissional. "Quem não possui contato com Direito, quem não é da área jurídica, terá maior dificuldade em compreender a legislação sem o apoio de um especialista", declara o advogado. "Como o sistema tributário do Brasil é o mais complexo do mundo, o curso preparatório se torna extremamente necessário", finaliza.